

AO EXPEDIENTE  
Em: 20/05/2021

Veto Total nº 108/21



ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa



SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

20 MAI 2021

Servidor(nome legível)

Presidente

*[Assinatura]*

Governo do Estado de  
RONDÔNIA

25 MAI 2021

GOVERNADORIA

Protocolo: 109/21  
CASA CIVIL 109/21

MENSAGEM Nº 120, DE 20 DE MAIO DE 2021.

Recebido, Autógrafo e  
inicia em data.

25 MAI 2021

Secretário

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, o qual "Altera a redação da ementa e do artigo 1º da Lei nº 2.024, de 19 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado e dá outras providências."

Senhores Deputados, o Autógrafo de Lei nº 858, de 28 de abril de 2021, em síntese, visa alterar a Lei Estadual que discorre acerca da inclusão de dados sanguíneos e o fator RH na Carteira de Identidade, ao passo que, por meio da Proposta de Lei, seria incluído alergias alimentares e medicamentosas no documento de identificação, em tese.

Inicialmente, observando a notoriedade quanto ao objeto apresentado pelo Legislador, vejo-me compelido a negar a sanção ao Projeto, tendo em vista ser competência do Poder Executivo Federal, a inclusão de outros dados opcionais na Carteira de Identidade, conforme Lei Federal nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, uma vez que o documento pessoal de identificação é revestido de natureza jurídica do registro público.

A priori, destaca-se que acerca da temática do presente Projeto, têm-se Ações Direta de Inconstitucionalidade nº 4007/SP e nº 4343/SC ajuizadas contra Lei nº 12.282, de 2006 e a Lei nº 14.851, de 2009 dos Estados de São Paulo e Santa Catarina, respectivamente. Na oportunidade, em Plenário, estas normas foram dadas como improcedentes, tendo em vista entender que o devido equacionamento da distribuição constitucional de competências legislativas entre a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios levaria sempre em conta o princípio federativo, bem como que a exigência de conformação legislativa uniforme da matéria no território nacional emergiria da própria finalidade social da manutenção de registros. Assim, reforça que a competência seria exclusiva da União, por se tratar de matéria a envolver direitos da personalidade e de registros públicos, que deveriam ser uniformes em todo o Brasil, em respeito aos incisos I e XXV do artigo 22 da Carta Magna.

Cumprе esclarecer a supracitada Lei Federal nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a qual elenca um rol dos elementos presentes na Carteira de Identidade, in verbis:

Art 3º A Carteira de Identidade conterá os seguintes elementos:

- Armas da República e inscrição "República Federativa do Brasil";
- nome da Unidade da Federação;
- identificação do órgão expedidor;
- registro geral no órgão emitente, local e data da expedição;
- nome, filiação, local e data de nascimento do identificado, bem como, de forma resumida, a comarca, cartório, livro, folha e número do registro de nascimento;
- fotografia, no formato 3 x 4 cm, assinatura e impressão digital do polegar direito do identificado; e
- assinatura do dirigente do órgão expedidor.

Neste diapasão, ressalta-se que de acordo com o § 1º do artigo 4º da supracitada Lei Federal, o Poder Executivo Federal é o Ente competente para aprovar a inclusão de outros dados opcionais na Carteira de Identidade. Insta alegar ainda que o Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, especifica o rol de possíveis informações que podem ser incluídas, a pedido, no documento de identidade, vejamos:

Art. 8º Será incluído na Carteira de Identidade, mediante requerimento:

- o número do DNI;





II - o Número de Identificação Social - NIS, o número no Programa de Integração Social - PIS ou o número no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

III - o número do Cartão Nacional de Saúde;

IV - o número do Título de Eleitor;

V - o número do documento de identidade profissional expedido por órgão ou entidade legalmente autorizado;

VI - o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - o número da Carteira Nacional de Habilitação;

VIII - o número do Certificado Militar;

**IX - o tipo sanguíneo e o fator Rh;**

X - as condições específicas de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular; e

XI - o nome social.

Ademais, o supramencionado Autógrafo de Lei tem como propósito obrigar o Órgão do estado de Rondônia, responsável pela emissão da carteira de identidade a incluir informações sobre alergias alimentares e medicamentosa no documento. Entretanto, salienta-se que estaria adentrando na competência do Poder Executivo, pois cabe somente ao Governador estabelecer procedimentos e criar novas atribuições a serem seguidos pelo Poder Executivo, os quais deveriam ser tratados em Projeto Normativo de autoria do referido Poder e não do Poder Legislativo, de acordo com previsão expressa na alínea "d" do inciso II do § 1º do art. 39 da Carta Estadual.

Isto posto, fica claro que há impedimento no tocante à propositura, em comento, uma vez que causa embate com o princípio da separação dos Poderes, pois, além de adentrar na esfera Federal, de certa forma, passa a estabelecer procedimentos e criar novas atribuições a serem seguidos pelo Poder Executivo Estadual, os quais deveriam ser tratados em norma de autoria do referido Poder, conforme Constituição do Estado. Desta forma, averigua-se que o Autógrafo em questão padece, de inconstitucionalidade formal orgânica, tendo em vista que a proposição invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo Federal.

Certos de ser honrado com a elevada compreensão de Vossa Excelência e, conseqüentemente à pronta manutenção deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 20/05/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0017931327** e o código CRC **92ED357D**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0005.187544/2021-60

SEI nº 0017931327

